

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O estado de degradação existente em vários tribunais do nosso País parece não ter fim à vista, pois permanecem por resolver diversas situações graves denunciadas nos últimos relatórios dos presidentes das comarcas.

Isto denota não só indiferença por parte do Governo em relação a estes problemas do edificado, como também, e sobretudo, inércia em os resolver.

Em várias comarcas, o património afeto aos tribunais encontra-se em estado lastimável e calamitoso, num nível de deterioração tal que torna desprestigiante e indigna a administração da justiça.

O cenário é negro e nada compatível como a dignidade da função judicial.

A Ministra da Justiça andou a apregoar nos últimos dois anos que o Governo iria apresentar na Assembleia da República uma lei de programação das infraestruturas da justiça, que incluiria nomeadamente as infraestruturas e equipamentos dos tribunais, mas esta promessa, como outras, ficou por concretizar.

O máximo que este Governo conseguiu fazer foi apresentar, em maio do ano passado, um plano de requalificação para uma década nos tribunais, o qual, sem lei das infraestruturas e sobretudo sem investimento efetivo nesta área de soberania, redonda na enorme degradação que se verifica nos tribunais, o que é deveras grave e preocupante.

O Grupo Parlamentar do PSD já tinha chamado à atenção da Sra. Ministra da Justiça para estas questões na Pergunta que lhe dirigi em 21/08/2019 (Pergunta n.º 2765/XIII/4), mas depois disso nada aconteceu, nada foi feito para pôr cobro às situações denunciadas nos referidos relatórios.

Infiltrações e falhas estruturais nos edifícios são alguns dos problemas que persistem em muitos tribunais do país, alguns deles sem soluções à vista.

No caso concreto da Comarca de Vila Real, desde o último relatório apresentado pelo respetivo juiz-presidente, Dr. Álvaro Monteiro, nenhuma obra avançou. Nada aconteceu e nada foi feito, sendo certo que o Tribunal do Peso da Régua aguarda, desde há três anos, para avançar com a obra projetada. Da mesma forma, e ao que se sabe, as obras previstas para os tribunais de Alijó e Montalegre continuam a aguardar autorização superior para poderem ser concretizadas.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados apresentam à Ministra da Justiça as seguintes perguntas:

1 – Qual é o balanço que faz em relação às situações denunciadas no último relatório da Comarca de Vila Real no que se refere a necessidades de intervenção no edificado?

2 - Que medidas urgentes já tomou para pôr cobro às situações denunciadas nesse relatório?

3 – Qual a razão pela qual o Tribunal de Peso da Régua aguarda há três anos para avançar com a obra projetada? E a que se devem os atrasos na realização das intervenções nos tribunais de Alijó e Montalegre?

4 – Para quando estão previstos o início e a conclusão das obras de requalificação dos tribunais de Peso da Régua, Alijó e Montalegre?

Palácio de São Bento, 22 de novembro de 2019

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)